



Jesuítas e a América Latina

Princípios e horizontes de nossa missão na América Latina é a carta com diretrizes para a ação dos próximos cinco anos, documento final da 5ª Assembléia da Conferência de Provinciais e Superiores Maiores Jesuítas da América Latina, realizada de 23 a 27 de abril no RJ. O documento coloca a visão e missão da Companhia de Jesus, procurando responder ao local latino-americano e o universal próprio da Companhia. *IHU On-Line* entrevistou o Pe. Guido A. J. Kuhn, provincial da Província Brasil Meridional da Companhia de Jesus e Presidente da Sociedade Antônio Vieira, Mantenedora da UNISINOS, sobre este documento e sua importância para o Continente.

IHU On-Line- Por que a criação da Conferência de Provinciais e Superiores Maiores Jesuítas da América Latina?

Pe. Guido Kuhn- A conferência foi criada para superar os limites de cada província. Antigamente havia duas regiões: sul e norte e há desafios comuns a toda a América Latina, antes se reuniam separadas, agora juntas, duas vezes por ano. O desafio é deixar o antigo paradigma de pensar como províncias e sentir-nos mais como parte de um todo. Nas condições da América Latina hoje, não temos como não transcender as províncias. Por exemplo, a problemática dos imigrantes. Só em Buenos Aires, há 400 mil bolivianos. Hoje a realidade nos obriga a pensar em termos globais, as fronteiras se ampliam.

IHU On-Line- E qual é o foco principal para o qual o documento aponta?

Pe. Guido Kuhn- A preocupação era ter um plano apostólico para a América Latina. Por isso, pedimos a todas as províncias seus planos apostólicos e analisamos os desafios que eles apresentavam em comum, não para substituir o trabalho da província com a criação de um novo plano, e sim para traçar linhas inspiradoras. Não é fácil mudar para os novos paradigmas mundializados. Nós temos uma divisão administrativa em províncias, mas a Companhia de Jesus é um corpo apostólico com uma dimensão mais ampla. Em nosso imaginário, ainda estão as províncias, o modelo anterior. É difícil partir para o esquema de mundialização. Ao mesmo tempo que estamos numa situação de diminuição das vocações e temos obras, somos obrigados a pensar globalmente, sem descuidar o agir localmente.

IHU On-Line- Quais aspectos das orientações são os mais desafiadores para esta Província?

Pe. Guido Kuhn- A questão da justiça deve ser retomada. Com a Teologia da Libertação, a justiça foi assumida de forma bastante ideológica. Hoje deve ser retomada dentro de outros termos. A questão do Neoliberalismo é um desafio muito grande. Há coisas das quais não podemos ficar à margem. Por exemplo as *Exigências éticas contra a miséria e a fome*, lançado pela CNBB ou eventos como o recente *Simpósio Nacional do Bem Comum e Solidariedade*. Na província, nós temos três prioridades que são as vocações, a Espiritualidade Inaciana e o setor social.

IHU On-Line- Que passos serão dados na Província, a partir das novas diretrizes?

Pe. Guido Kuhn- A partir destas diretrizes, temos que dar um primeiro passo que é informar e discutir estas propostas. Com o tempo irão surgindo atividades específicas. Avaliando o documento sobre o Neoliberalismo elaborado pelos provinciais em 1996, chegamos à conclusão de que o envolvimento dos Jesuítas das bases deveria ter sido maior.

IHU On-Line- Como o Sr. vê que a UNISINOS deve se posicionar diante das diretrizes?

Pe. Guido Kuhn- A UNISINOS tem um papel importante no sentido da reflexão destas linhas inspiradoras. Eu acho fundamental o papel da UNISINOS e de todas as Instituições de Ensino da Companhia para essa reflexão. Por outro lado, acho importantíssimo que essa reflexão articule em outros níveis, fora da Universidade algumas iniciativas que dêem visibilidade a estas mudanças. Em terceiro lugar, acho importante articular entidades da sociedade civil para que também assumam essas causas. Há empresas que não são filantrópicas, mas têm seus projetos sociais, devemos unir forças. A Associação de Universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL), a Federação Latino-americana de Associações SJ (FLAASJ), que reúne os colégios e o Movimento Fé e Alegria, que trabalha com educação popular, terão um encontro todos juntos em 2003 onde também trabalharão sobre estas diretrizes.

IHU On-Line- E como o Instituto Humanitas Unisinos pode colaborar em todo este movimento global e local?

Pe. Guido Kuhn- O Instituto faz um trabalho de conscientização e sensibilização muito bom na Universidade. Ele conseguiria levar isso dentro da UNISINOS. O IHU tem a função de fazer perpassar alguns valores mais amplos nos diversos centros. A UNISINOS começou aberta, universal, como é próprio da Universidade, depois foram se criando os centros e foi se fechando mais em cada centro. Agora tem que se abrir de novo. O Simpósio foi uma instância importante. É bom que haja momentos fortes que ajudem as pessoas a se abrirem para outros valores.

Princípio e horizonte da nossa missão na América Latina

Publicamos na íntegra o documento emanado da Conferência dos Provinciais Jesuítas da América Latina. Ele é uma importante referência para fundamentar a missão da Universidade e, dentro dela, do Instituto Humanitas Unisinos. A tradução do espanhol foi feita por André Langer, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT - Curitiba, PR e revisado tecnicamente pela Profa. Mardilê Friedrich Fabre

1. Um novo modo de “sentir e saborear”, de compreender e atuar hoje

Encontramo-nos imersos numa mudança de época que afeta todas as pessoas e a pessoa toda. Vivemos uma crise de mundo e de civilização que se traduz numa crise radical de sentido. Ao mesmo tempo, e desde essa mesma fragilidade, algo novo se anuncia: o sentir obstinado e provocador de que “outro mundo é possível”, pluriétnico, pluricultural e plurirreligioso, apoiado no respeito solidário, na justiça e na paz.

Os desafios que enfrentamos hoje na América Latina e no mundo, têm uma característica particular. Eles não só afetam todos os nossos povos de maneira similar, mas também, para serem enfrentados, requerem uma compreensão global e uma ação conjunta. A nova cultura, na qual vivemos, está cheia de oportunidades tecnológicas e nos ajuda a prestar atenção a muitas das aspirações mais profundas do coração humano, além de abrir-nos, como nunca antes, para a diversidade de nosso mundo. Mas também a fragmentação cultural, o consumismo compulsivo, os ritmos competitivos acelerados, o individualismo hedonista, os mecanismos de exclusão e a destruição ecológica, transformam o chamado “continente da esperança” num lugar de desencanto e de fuga. Viver de uma maneira evangélica e contracultural nos obriga a reafirmar a nossa identidade, escolhendo entre as opções que se nos apresentam e criando outras possibilidades.

Estes desafios nos colocam, como Companhia de Jesus na América Latina, um novo modo de assumir a universalidade da nossa missão e de recolocar as nossas estruturas provinciais que lhe serviram de apoio. Impõe-se romper com os estreitos limites particularistas em que nos encontramos e caminhar ao encontro de novas maneiras de nos relacionar e nos entender, de trabalhar e de nos situar, de sentir e viver a realidade. Temos dado passos importantes através das colaborações, coordenações e organismos interprovinciais. Trata-se agora de uma verdadeira conversão de atitudes e de horizonte que se deve traduzir em novos modos de governo e gestão provincial e interprovincial, que deve tocar, também, todas as nossas instituições e obras e, evidentemente, cada um de nossos jesuítas e todos aqueles com quem compartilhamos a missão.

Atualmente, esta aproximação latino-americana e universal, com os desafios de nossos países e de nosso mundo, se faz possível através de meios de comunicação e técnicos com os quais, em épocas anteriores, não pudemos contar. Por outra parte, a complexidade e a amplitude dos problemas colocados e nossas próprias limitações em âmbito provincial, requerem também que multipliquemos a força de nosso impacto com uma união mais profunda que já vai se gestando entre nós.

Nos Exercícios Espirituais, aprendemos que o Senhor Jesus nos chama ao “magis”: alenta e assume nossas expectativas, desejos e sonhos mais profundos para incorporá-los à novidade de Deus na história e abrir-nos sempre à surpresa de suas propostas. Sentimos que esta novidade de Deus nos impulsiona a viver, com radicalidade e em plenitude, a dimensão universal de nossa vocação.

2. Enraizados no nosso “modo de ser e de proceder”

Na contemplação da Encarnação nos unimos ao Deus Trino, lançando os olhos sobre toda a redondeza da terra, para que as diferenças que se ferem e se destroem, se integrem e complementem numa nova comunhão solidária. A contemplação inaciana nos transforma para encontrar a Deus no núcleo último de todo o real. Deus está em cada um e no conjunto do corpo, no local e no global, no enraizar-nos nas culturas e no partir para outras novas, na aproximação do sofredor e na luta contra o que provoca o sofrimento. Sentimo-nos convidados a ser “loucos por Cristo”, vivendo com paixão e liberdade numa cultura de adições⁽¹⁾, a permanecer vigilantes e a estar atentos para tornar possível a inculturação autêntica,

¹ .- O texto se refere às adições dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola.(Nota do tradutor).

a irrupção de Deus no meio de nós. Somente Ele pode alterar os "hábitos do coração" (cf. C.G. 34, D. 4, n. 18), para que nos identifiquemos plenamente com seu Filho.

Os primeiros companheiros viveram este estilo espontaneamente. Manifestaram-nos, assim, o "modo de proceder" que é próprio da Companhia em todos os tempos. Xavier foi à Índia, mas levava no coração os nomes dos companheiros. Canísio foi enviado à Alemanha, quando já havia interiorizado o estilo e pôde "replicá-lo" na difícil conjuntura da reforma. Para Nadal, a casa dos professos era a "cavalgada" e, nas Constituições, Inácio nos diz que a nossa vocação é para discorrer por todo o mundo. Os companheiros procedem de diferentes países e se dispersam por todas as partes.

Logo chegaram às nossas terras da América Latina. Em 1549, ainda em tempos de Santo Inácio, Nóbrega e outros 5 jesuítas chegam a Salvador, Bahia. Pouco depois fundam São Paulo e estão presentes na fundação do Rio de Janeiro. No século seguinte, em Cartagena, Pedro Claver se converte no "escravo dos escravos negros", e começam, no altiplano peruano-boliviano, as primeiras experiências que culminarão nas reduções do Paraguai.

Estes primeiros jesuítas não são uniformes, mas estão inseparavelmente unidos pelo único Espírito a serviço da missão, na Igreja. Ainda hoje, o que mais admira e atrai muitos jovens é a nossa capacidade de vibrarmos, sentirmos e vivermos juntos em nossa grande diversidade.

A Companhia das últimas Congregações Gerais está retomando esta tradição, em "fidelidade criativa". A C.G. 32 nos encorajou a unirmos fé e justiça em nós mesmos e em todos os nossos ministérios. A C.G. 34 nos convida a sermos servidores da missão de Cristo no diálogo com todas as culturas e religiões, colaborando nela com outros agentes de pastoral.

No meio das moções de consolação e desolação, que atravessam não só as pessoas, mas também as culturas, torna-se indispensável o discernimento inaciano (cf. C.G. 34, D. 4, n. 9). Hoje, mais do que nunca, assediados como estamos pelas inumeráveis possibilidades que nos oferece o ambiente cultural, devemos esforçar-nos para discernir atentamente os "sinais de Deus" para entrar no seu ritmo e acolher suas ofertas. Teremos de deixar tudo aquilo que, por ser contrário ou ambíguo, dificulta ou impede a nitidez do Evangelho. Somos chamados a tornar presente a generosidade radical de Jesus.

3. "Somente desejando e elegendo aquilo que mais conduz..."

Nos próximos cinco anos, desejaríamos poder contemplar:

- a emergência de um *novo sujeito apostólico* que inclui leigos/as, religiosos/as e jesuítas, mobilizados pela mesma espiritualidade e sentido de missão, vinculados em centros e redes, ao serviço da Igreja e da transformação da sociedade;
- uma *experiência espiritual*, própria do sujeito apostólico, capaz de integrar toda a pessoa e de integrá-la na realidade, que tenha em conta o tipo de pessoa que somos, que recupere a ascese como disponibilidade para Deus e a mística como união com o Deus de Jesus que se arriscou em nossa história. Esta experiência provoca mudanças efetivas na vida cotidiana de todos, assemelhando-nos ao modo de ser e proceder de Jesus;
- uma *pedagogia espiritual*, que ajude as pessoas, segundo seu estado de vida, a avançar na radicalidade do serviço, ganhando progressivamente em liberdade e em disponibilidade para colaborar na missão em qualquer parte da América Latina;
- maior proximidade afetiva e dialogante com a profunda *religiosidade do nosso povo*, tão rica em símbolos e devoções, renovando nosso "sentir com a Igreja" no espírito do Vaticano II e do magistério latino-americano recente;

- *novos modos de fazer frente ao crescente empobrecimento* das grandes maiorias latino-americanas, que origina deslocamentos migratórios massivos, ratificando, com novo vigor, a opção evangélica da Igreja e da Companhia. Este compromisso com as diferentes realidades de pobreza, desde e com os pobres, será o critério de validação de pessoas, comunidades e obras apostólicas;
- *a integração das diversas dimensões da missão* (serviço da fé, promoção da justiça, diálogo intercultural e inter-religioso) se dá em nossas instituições apostólicas e é um dos principais critérios de seleção dos nossos ministérios, do planejamento e da avaliação;
- a geração de um *novo pensamento social, ético e político*, alternativo ao neoliberalismo, em nossas instituições universitárias e centros sociais;
- o fomento e a promoção de *uma nova institucionalidade*, capaz de gerar e fortalecer organizações e instituições da sociedade civil, mediante a difusão de valores éticos e democráticos, contra a corrupção, a intolerância, a discriminação social e toda a forma de violência;
- a participação significativa na *educação pública*, mobilizando para isso todas as nossas obras comprometidas com a educação (colégios privados, universidades, educação popular) e fortalecendo a articulação de nossos processos educativos;
- diversas formas de colaboração inter e supraprovincial na *formação inicial e permanente dos jesuítas*: intercâmbio de mestres, programas compatíveis de estudos que permitam a presença de estudantes de outras províncias, formação de superiores e formadores, terceirizados melhor articulados e implantação de mais centros comuns de formação;
- diversas formas de colaboração inter e supraprovincial para a *formação de leigos* tanto a nível intensivo como extensivo e de distintas modalidades, favorecendo, assim, maior integração no corpo apostólico;
- maior *intercâmbio de informação e de cooperação* com as Assistências dos EUA e da Europa Meridional, historicamente mais próximas de nós;
- o *envio* de jesuítas latino-americanos a outras partes do mundo, onde haja mais urgência e necessidade, a serviços de caráter universal, com as devidas condições que permitam enfrentar situações difíceis.

Finalmente, comunidades apostólicas de identidade definida e abertas, acolhedoras e transparentes, disponíveis e festivas, solidárias e simples, profundamente orantes e fraternais, serão capazes de contagiar esta mística e atrair novos jovens à missão.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2002.
Festa de São Pedro Canísio

ACONTECE

Direitos Humanos

No dia 2 de julho, visitou o IHU o deputado estadual do PT, Roque Grazziotin, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. O deputado esteve na Universidade para entregar à Reitoria o Relatório Azul dos Direitos Humanos no Estado. Grazziotin visitou o IHU com o objetivo de conhecer mais o trabalho do grupo temático Direitos Humanos, do qual já tinha ouvido falar.

Laurício Neumann, coordenador do Setor 3, Ética, Cultura e Cidadania, explicou o trabalho do Instituto em geral e do grupo de Direitos Humanos em particular. O deputado se dispôs a fazer parte do grupo e valorizou o trabalho, expressando seu desejo de que todas as universidades trabalhem essa área e se forme uma grande rede de intercâmbio em favor dos direitos humanos.

Ética para Tempos difíceis

Inicia hoje (dia 8) o Ciclo de Estudos: *Uma Ética Para Tempos Difíceis*, que se estenderá até 13 de julho, sempre das 8h45min às 12h, na sala 1C111. Este Ciclo de Estudos faz parte de todo um programa de Formação de Professores(as) das disciplinas de Formação Humanística e Social de orientação cristã da UNISINOS. Por isso, a sua participação neste Ciclo de Estudos é de suma importância, tanto sob o aspecto da atualização e formação, como sob o aspecto da interação dos(as) professores destas disciplinas. Confira a programação completa:

Dia	Assunto	Ministrante
8/7	<i>Liberdade e opção fundamental</i>	Prof. Dr. José Roque Junges, SJ
9/7	<i>Uma ética para tempos difíceis</i>	Prof. Dr. Castor Mari Martin Bartolomé Ruiz.
10/7	<i>Antropologia Filosófica: desafios e perspectivas</i>	Prof. Doutorando Luiz Gilberto Kronbauer.
11/7	<i>O gênero: uma interpelação atual à ética</i>	Prof ^a . Dr ^a . Edla Eggert.
12/7	<i>As transformações sócio-econômico-culturais e o imperativo da justiça social</i>	Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque e Prof ^a Ms. Matilde Cechin.
13/7	<i>Questões candentes da moral atual, que afligem a consciência do homem moderno como: clonagem, aborto, eutanásia, pena de morte, mudança de sexo, etc.</i>	Prof ^a . Dr ^a . Lucilda Selli.

Estudos sobre O mundo do trabalho

De 8 a 10 de julho, acontecerá o III Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho na UNISINOS. O evento pretende socializar a produção acadêmica de instituições de ensino superior, em âmbito local da UNISINOS e regional, a respeito do tema trabalho. Para contribuir com a reflexão e ação das universidades a respeito da agenda da pesquisa e extensão sobre o mundo do trabalho é que o evento reunirá professores,

alunos, pesquisadores envolvidos com o tema trabalho, representantes da UNITRABALHO Regional e Nacional e outras pessoas que desejem participar. O evento acontecerá no Auditório Central. Durante os dias 09 e 10, ocorrerá, no Saguão do Centro de Ciências Humanas, exposição, de trabalhos realizados por professores e alunos da UNISINOS (e outros interessados) sobre o tema Trabalho. A seguir, confira a programação completa do evento e o resumo das principais conferências:

Di a	Hora	atividade
8/7	19h30min – 19h40min	Abertura: Prof. Dr. José Ivo Follmann - Diretor do Centro de Ciências Humanas- Painel * <i>Desafios e tarefas para a universidade</i> - Prof ^ª . Silvia Araújo - Diretora do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná - UFPR e Coordenadora Local da UNITRABALHO. * <i>Desafios e tarefas para os movimentos dos trabalhadores</i> - Paulo Leboutte - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Auto Gestão - ANTEAG. * <i>Cátedra da UNESCO - Trabalho e Economia Solidária</i> - Prof. Dr. Domingos Donida - Coordenador da Cátedra da UNESCO - UNISINOS. Coordenador da mesa: Prof. Dárnis Corbellini - Coordenador do Núcleo da UNITRABALHO
9/7	8h30min 14h	Mesa Redonda <i>Trabalho e Subjetividade</i> - Prof ^ª . Jaqueline Titoni - Doutora em Sociologia e prof ^ª da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Debatedor: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi - Prof. na UNISINOS. Comunicação dos trabalhos inscritos Eixos Temáticos - Economia solidária e cooperativismo - Mudanças no mundo do trabalho - Subjetividade e trabalho - Educação e trabalho - Linguagem e trabalho - Saúde e trabalho
10/ 7	8h30min 11h30min 12h	- <i>Tudo ou Nada</i> - Filme sobre a reestruturação produtiva e a subjetividade Debatedor: Prof. Dr. Henrique C. Nardi - Prof. na UNISINOS 10h30min - <i>Situação atual e perspectivas da Rede UNITRABALHO na Região Sul</i> - Prof ^ª . Dr ^ª . Silvia Araújo - Coordenadora Regional da UNITRABALHO e Representantes de Núcleos de outras Universidades. <i>Definição de linhas de ação do núcleo local da UNITRABALHO</i> - UNISINOS - Dárnis Corbellini - Maria Clara Bueno Fischer, Sinara Santos Robin, Dulce Maria de Oliveira , Clair Ribeiro Ziebell e Lauro João Dick , integrantes do Núcleo Local da UNITRABALHO Encerramento

CÁTEDRA DA UNESCO TRABALHO E SOCIEDADE SOLIDÁRIA prof. Dr. Domingos A. Donida

A apresentação da Cátedra UNESCO-UNISINOS neste III Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho tem uma significação especial, porque seus objetivos são os de enfrentar os desafios da universidade e do mundo do trabalho. A Cátedra tem como tema principal *Trabalho e Sociedade Solidária*, escolhido pela Universidade e aceito pela UNESCO, que aprovou o programa da Cátedra em meados de junho de 2002. A cátedra pertence à UNESCO e está localizada no Programa de Ciências Sociais Aplicadas do Centro de Ciências Humanas da UNISINOS.

A abordagem do tema é multidisciplinar, visando à compreensão crítica do trabalho, em suas transformações, em seu sentido para o desenvolvimento humano e em suas possibilidades de construção de uma sociedade solidária. Os eixos temáticos da Cátedra UNESCO são: 1) as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na atualidade; 2) alternativas associativas e autogestionárias de organização do trabalho; 3) políticas de trabalho e desenvolvimento; 4) significado e importância do trabalho no mundo contemporâneo. Na UNISINOS, os Programas de Pós-Graduação envolvidos com a Cátedra são os seguintes: Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas, mais o PPG em Ciências da Saúde e o PPG em Direito. A Cátedra será uma avenida a mais de comunicação com universidades do MERCOSUL e do mundo no intuito de desenvolver conjuntamente pesquisa e ensino e oferecer oportunidades de diálogo sobre o trabalho e a economia solidária.

O TRABALHO HOJE E OS DESAFIOS À UNIVERSIDADE Silvia Maria de Araújo/UFPR

Mudanças rápidas no processo de produção material e no padrão de acumulação fazem o mundo do trabalho não ser o mesmo de há duas décadas. A esta “nova” realidade de processos heterogêneos de reestruturação produtiva nos setores econômicos somam-se movimentos sincronizados de acumulação e de volatilidade do capital, agravados por políticas locais de cunho neoliberal, como no Brasil.

Essa rede de inovações tecnológicas e organizacionais, de integração das empresas e de maior dependência entre os mercados inaugura uma era de seletividade no mercado de trabalho, cada vez mais segmentado e diferenciado. As questões apresentam-se em avalanche neste período de transformações: Quais são as “novas” exigências cobradas do trabalhador, quando funções dão lugar a habilidades e competências? Quais os conhecimentos e saberes demandados aos trabalhadores? Qual o papel da Universidade neste quadro de dificuldades para trabalhadores de todos os níveis sociais e diferentes qualificações profissionais? Tem a Universidade possibilidades reais e abertura democrática para abrigar, em sua estrutura, soluções que impliquem dar conta de parte significativa da formação requerida ao trabalhador que hoje perde espaço social?

DESAFIOS E TAREFAS PARA OS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES Paulo R. Leboutte

O modelo de acumulação capitalista, adotado no final do século passado, jogou trabalhadores e trabalhadoras num momento importante de inflexão das suas organizações e lutas no rumo de sua emancipação. Tão logo o modelo de produção capitalista caracterizou-se pela diferença entre os possuidores e os despossuídos dos meios de produção, durante o século XVIII, dois foram os movimentos dos trabalhadores para libertar-se da exploração: um através de organizações político-

sindicais e outro através da organização coletiva de produção. O primeiro movimento, pela forma de organização da produção e do Estado, atingiu centralidade no movimento de organização e enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras à exploração. O segundo, sobreviveu política e economicamente, de forma marginal até o final do século passado assumindo, então, importância jamais experimentada na história. Hoje, intensificada a exploração do trabalho pelo capital, resta aos trabalhadores e trabalhadoras, no cumprimento de sua tarefa histórica, avançarem em suas organizações políticas e consolidarem suas organizações econômicas – as empresas de Autogestão.

TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Durante o III Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho, a Prof^a Jaqueline Tittoni apresentará o tema *Trabalho e subjetividade*

IHU On-Line- Quais os aspectos que terá em conta na sua abordagem sobre trabalho e subjetividade?

Jaqueline Tittoni- Tentaremos pensar nos modos como o trabalho se produz e em relação a eles, os modos das pessoas serem e viverem. Ou seja os modos de organização do trabalho têm levado a modos de agir. A insegurança e competência gera individualismo e competitividade. As poucas oportunidades de trabalho levam a uma disputa muito grande, quase fora da eleição da pessoa. Eu trabalho bastante a relação trabalho e subjetivação. Em que medida as pessoas se auto-reconhecem como capazes ou não de trabalhar e de estar no mercado de trabalho. Tentarei explorar os processos que produzem sofrimento, especialmente os baseados na insegurança, e a competitividade e apresentarei formas de resistência, como os grupos de economia solidária e outros.

IHU On-Line- A Sra. tem acompanhado alguma experiência alternativa?

Jaqueline Tittoni- Há várias que eu conheço e muitas outras que me são desconhecidas. É possível constatar como, no campo da economia popular, a discussão sobre o trabalho é diferente. Produzem-se modos de trabalho mais solidários. Eu acompanho, por exemplo grupos de costureiras, que, em sua maioria, provêm de atividades domésticas. As mudanças não se produzem imediatamente, mas dá para ver como foi mudando a condição dessas mulheres. Saíram do universo doméstico para um universo diferente, de grupo. Isso amplia sua visão de mundo. Não são procedimentos simples, mas vão reestruturando a dignidade das pessoas.

Alca: perguntas definidas para plebiscito

Redação e tema das questões são aprovados pela Plenária Social Nacional.

Podem preparar as cédulas: estão definidas as três perguntas do Plebiscito Nacional da ALCA. São elas:

governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

governo brasileiro deve entregar parte de nosso território — a base de Alcântara — para controle militar dos EUA?

A decisão saiu da 9ª Plenária Social Nacional, realizada em São Paulo, nos dias 3 e 4 de junho. Representantes de quase todos os estados brasileiros participaram do encontro. Foram propostos outros temas, como a dívida externa e a privatização, mas não houve consenso para

incluí-los na cédula. De qualquer forma, decidiu-se, junto com a questão da base de Alcântara, que esses assuntos eram relacionados à campanha e seriam trabalhados no material de base.

O acordo proposto pelo governo que a entrega da base de Alcântara para os Estados Unidos consta da cédula por se tratar de um tema intimamente ligado à ALCA, pois nas palavras do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães: “É impossível negociar a ALCA com soberania, pois seu objetivo é a perda de soberania”.

Na Plenária, os representantes estaduais avaliaram o andamento da campanha. Foram definidas novas atividades. Em 29 de agosto, haverá uma coletiva de imprensa do Grito dos Excluídos e sobre a ALCA. Em 17 e 18 de setembro, ocorrerá uma mobilização para divulgar o plebiscito. Serão produzidos um Manual da Votação, com base no modelo do Plebiscito da Dívida de 2000, e uma nova cartilha com o objetivo de atingir uma camada de lideranças mais de base. Será redigida, também, uma cartilha para militantes sobre a questão da entrega da base de Alcântara.

Encontro em Quito define pergunta do plebiscito continental

Representantes de 15 países da América definiram a redação da pergunta comum das nações que participam da mobilização contra a ALCA: “*Você está de acordo que o governo do seu país assine o tratado da ALCA?*” A decisão saiu do encontro de Quito, no Equador, realizado nos dias 26 e 27 de maio.

Na reunião, foram ressaltados impactos de uma suposta implantação do acordo: agravamento dos problemas sociais, como saúde, educação, moradia, etc.; destruição do potencial produtivo dos países, aumento do desemprego e da migração forçada; fim da economia familiar; desestabilização das democracias; distribuição de renda ainda mais desigual; e aumento da dívida externa. Uma vez implementada, a ALCA construiria um estado supranacional e destruiria direitos trabalhistas, sociais, indígenas e ambientais. Responderia apenas aos interesses de grupos econômicos aliados ao capital transnacional e às oligarquias nacionais, aos banqueiros, aos governos corruptos e ao Departamento de Estado Norte-americano. É a forma de os Estados Unidos consolidarem seu domínio no continente.

Para dar continuidade à Campanha, foram definidos os seguintes pontos no encontro:

- realização de um plebiscito ou consulta sobre a ALCA, de setembro de 2002 a abril de 2003;
- além da pergunta comum a todos os países, haverá mais duas ou quatro. O tema não foi definido, mas poderia abordar: dívida externa, privatizações, militarização, enfim, problemas enfrentados em cada país;
- definição da logomarca e do slogan oficial: “*Sim à Vida, Não à ALCA. Outra América é Possível!*”;
- a data do novo encontro “Jornadas de Resistência Continental Contra a ALCA”, nos dias 27 de outubro e 1º de novembro, por ocasião da reunião dos Ministros do Comércio e seus sócios, em Quito, no início de novembro, com realização de debates, seminários etc.;
- uma grande manifestação nos dias 31 de outubro e 1º de novembro para impedir a realização da reunião dos ministros, em Quito.

Livro da Semana

O FUTURO DA NATUREZA HUMANA. NO CAMINHO DE UMA EUGENIA LIBERAL?

Jürgen Habermas, *Die Zukunft der menschlichen Natur. Auf dem Weg zu einer liberalen Eugenik?* (O futuro da natureza humana. No caminho de uma eugenia liberal?), Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001. 125p.

Esta pequena obra alemã retoma, desenvolvendo mais, duas conferências de Habermas, realizadas em Zurique, em 2000, e em Marburg, em 2001. Elas têm o mérito de se situar em plena atualidade, reservando surpresas para quem pense poder fechar Habermas em posições estanques.

O primeiro texto (p. 11-33) é mais teórico. Habermas se pergunta se há respostas pós-metafísicas à questão da vida justa. O mais interessante aqui é, sem dúvida, a maneira pela qual Habermas vê, na figura de Kierkegaard, a passagem para uma ética pós-metafísica obrigada a se medir com a questão do justo, de uma maneira religiosa e mesmo teológica. A situação atual, segundo Habermas, nos confronta com realidades indisponíveis e imprevisíveis, que colocam em jogo o quadro de referência metafísica das morais pré-modernas. Ética e moral não são mais de um mesmo teor. Ora, o eugênico contemporâneo sacode tanto a compreensão elementar de si do indivíduo quanto a visão social da natureza humana e da espécie.

O segundo texto (p. 34-125) aborda diretamente o sujeito do eugênico. A continuidade e a coerência entre as duas conferências são fascinantes: para enfrentar o perigo de uma eugenia liberal – poder-se-ia dizer também: de uma banalização doce do eugenismo –, Habermas se interroga sobre a compreensão de si, da espécie humana e retoma, conseqüentemente, as questões ‘substanciais’ que se acreditava abandonadas pelos filósofos: O que é a natureza humana? Como distinguir o estatuto de um embrião, com o respeito à vida que está ligado a este último, e aquele das pessoas humanas, no sentido pleno da palavra, sem que esta distinção nos conduza a reduzir o embrião a um objeto, com as conseqüências que se pode observar nos atuais debates éticos sobre as células-tronco embrionárias, sobre o aborto e sobre o diagnóstico pré-implante? Como retomar a categoria de Hannah Arendt da natalidade (*Natalität*) e valorizar a dimensão do corpo na compreensão de si, sem recair na ontologia, definitivamente identificada com a metafísica, mas sem, igualmente, na outra vertente, dissociar o destino natural do destino social? Como, enfim, evitar a instrumentalização do ser humano e a sua pertença à espécie (*Gattung*), conjurando a confusão de ser-nascido e ser-fabricado? Tais são as boas questões que, na sua vertente deontológica bem conhecida, e sem temer, aparentemente, a suspeita do especioso antropocentrismo, Habermas retoma aqui com força. Uma leitura indispensável, esperando uma tradução imediata.

Denis Müller

Resenha publicada na *Revue du Theologie et Philosophie*

Entrevistas da Semana

MICHEL HUSSON
LEONARDO BOFF

Quem é Michel Husson?

Michel Husson, economista francês de orientação marxista, autor de, entre outros livros, *Miséria do Capital. Uma crítica do Neoliberalismo e O Grande Blefe Capitalista*. Ele escreve artigos na revista *Actuel Marx*. Reproduzimos, integralmente, a entrevista que Michel Husson concedeu a Adriana Wilner e Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada na revista *Carta Capital*, 19 de junho de 2002, p. 42-43.

Pelo pleno emprego

Há quem diga que as fábricas do futuro não terão operários. Michel Husson, uma das estrelas da nova geração de economistas críticos da esquerda francesa, contrapõe: os trabalhadores continuam indispensáveis, o problema é que eles vêm perdendo participação na renda global. E a esquerda, em vez de sugerir alternativas, abraça as idéias neoliberais. Husson deu esta entrevista à *Carta Capital* durante recente visita ao Brasil, a convite da Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP).

Carta Capital: *O senhor tem uma posição crítica em relação à visão, inclusive da esquerda, sobre a nova economia. Seu último livro, O Grande Blefe Capitalista, tenta mostrar que o capitalismo mantém seus mecanismos fundamentais intocados.*

Michel Husson: Surgiu uma nova forma de produzir os lucros, que é anti-redistributiva. Há congelamento dos salários e também, até recentemente, na Europa, estancamento da duração da jornada de trabalho. E a financeirização da economia é um método para redistribuir aos rentistas os ganhos que não retornam aos assalariados. Mitterrand tinha uma frase famosa. Dizia que, no âmbito da bolsa de valores, as pessoas enriquecem dormindo. Em toda a ideologia sobre a nova economia, há a noção de que o trabalho humano está desaparecendo. É uma falácia. Por exemplo, caso se tome a Amazon.com, existe uma parte virtual, quando se encomenda um livro, mas que não pode funcionar sem a parte muito tradicional de manipular, empacotar e enviar os livros. De certa maneira, as condições de trabalho muito duras das pessoas que, na Amazon.com, empacotam os livros resultam em ganhos na Bolsa.

CC: *Podemos dizer que o tempo livre se acumula na forma de capital financeiro para os especuladores e que sofremos uma sobreexploração?*

MH: Sim. Confrontando a evolução da taxa de desemprego na Europa com a taxa dos lucros das empresas no PIB, essas curvas evoluíram de maneira muito parecida. A idéia é a seguinte: se não há redistribuição aos trabalhadores sob a forma de redução da jornada, há um aumento de desemprego, porque as pessoas trabalham ao mesmo tempo com mais produtividade. E o fato de não diminuir a jornada resulta em uma fonte de lucros financeiros. A conclusão é que não se pode realmente lutar contra o desemprego sem mudar a distribuição dos lucros que se formou dessa maneira.

CC: *Nessa visita ao Brasil, como o senhor percebeu essa luta?*

MH: Fui a um congresso que abordou os prejuízos à saúde com a intensificação do trabalho e a necessidade de se reduzir a jornada. O que me chamou a atenção foi a universalidade dessa situação.

CC: *Quais são as soluções?*

MH: A idéia é organizar uma transferência da renda financeira para a massa salarial e redistribuir essa massa com prioridade na criação de novos empregos. Não é somente um projeto. Na França, durante os últimos anos, foram criados 1,8 milhão de novos postos de trabalho em quatro anos, e o desemprego baixou de 3 milhões para 2 milhões de pessoas. Houve êxitos, não suficientes, mas realmente mudou essa idéia de resignação ao desemprego. E o pleno emprego reapareceu como um objeto razoável de política econômica.

CC: *Por que, então, a extrema-direita cresceu tanto na França?*

MH: Houve dois fenômenos: uma abstenção maior e um aumento em direção à extrema-esquerda. Então, Jospin perdeu votos entre todas essas camadas e chegou em terceiro lugar. O crescimento da extrema-direita não é tão ou mais importante em 2002 do que o ocorrido em 1995. E, no segundo turno, houve uma reação muito contundente contra Le Pen.

CC: *O senhor não pensa que a convergência de posições entre a esquerda e uma parte da centro-direita tenha levado a uma não diferenciação pelo público entre os dois candidatos?*

MH: Sim. Houve uma pesquisa muito interessante, perguntando aos eleitores potenciais se viam muitas diferenças entre o programa de Jospin e o de Chirac, os candidatos mais importantes teoricamente. A maioria respondeu que não. É um fenômeno que ocorre também em outros países, ou seja, a esquerda está em convergência. Define sua identidade não como uma alternativa ao neoliberalismo, mas para fazer um neoliberalismo humanizado – ou mitigado. Há um informe do Banco Mundial que se chama *Ajuste Estrutural com Face Humana*. O que chamamos social-liberalismo é isso. Nessas eleições, havia, por exemplo, um consenso entre Jospin e Chirac sobre a necessidade de baixar o Imposto de Renda. A única diferença entre eles era saber se ia para 33%, como prometia Chirac, ou 25%, como prometia Jospin. A questão da aposentadoria é muito importante na França, mas as diferenças são mais ou menos semânticas, quer dizer, a direita fala de fundos de pensão, e a esquerda, de fundo salarial, que acabam sendo os mesmos dispositivos. Então, há um certo cansaço, uma falta de entusiasmo para se escolher entre coisas que são muito parecidas.

CC: *O que a esquerda deve fazer diante dessa realidade, já que ela está sem alternativas?*

MH: Uma boa idéia seria ser realmente de esquerda (*risos*). É preciso repelir essas idéias de neoliberalismo. Por exemplo, a idéia de que os impostos são um mal absoluto. Os impostos são a maneira de financiar serviços públicos e a proteção social. Em Barcelona, houve uma câmara européia algumas semanas antes das eleições. Chirac, Jospin e outros dirigentes europeus estavam lá e firmaram um acordo para, entre outras coisas, privatizar todos os setores, energia, gás, etc., e aumentar em três anos a idade para aposentadoria. Na França, em seus discursos, diziam que não iriam privatizar os setores públicos nem mudar a idade para a aposentadoria. Ou seja, fazem discurso duplo, em âmbito europeu e em âmbito nacional. Outra missão da esquerda é reduzir as desigualdades sociais, redistribuir a renda de maneira favorável aos mais pobres. Isso passa pela redução do tempo de trabalho e pela transferência dos ganhos financeiros.

CC: *Como evitar que o dinheiro fuja de um país, ou de um continente, se forem adotados benefícios maiores para os trabalhadores?*

MH: A Europa pode ser vista como uma zona de estabilização para controlar os movimentos de capitais. Mas a Europa também tem uma responsabilidade especial na regulação em âmbito mundial. Por exemplo, a luta contra os paraísos fiscais pode ser uma contribuição. A Europa também tem a possibilidade de ser um contrapeso aos Estados Unidos para redefinir as normas do comércio internacional, especialmente na Organização Mundial do Comércio, de forma a introduzir regras que não sejam simples protecionismos contra os menos competitivos.

CC: *O senhor vê uma possibilidade de divergência entre as políticas da Europa e dos Estados Unidos? Porque nas zonas de comércio há um conflito neste momento, mas não é claro, por exemplo, que os europeus estejam dispostos a apostar muito no euro como moeda financeira?*

MH: É uma coisa complicada. A Europa financiou a nova economia. O déficit enorme da balança comercial dos Estados Unidos foi coberto com fluxos de capital que vinham principalmente da Europa. Depois de 11 de setembro, com a mudança da situação, a recuperação nos Estados Unidos vai se dar de uma maneira totalmente contra o resto do mundo.

CC: *Inclusive contra a Europa?*

MH: As medidas protecionistas são um exemplo disso. Outro problema é a tentação de baixar o dólar para reequilibrar o comércio. É um paradoxo, porque o euro é uma moeda hábil em comparação ao que se esperava, mas foi um dos elementos da recuperação europeia nestes últimos anos. Se os Estados Unidos decidem que têm de reequilibrar e baixar o dólar, então teremos realmente uma crise, porque será um desafio ao que foi estabelecido na União Europeia. Estamos perto dessa situação. Por exemplo, o pacto de estabilidade, que está no Tratado de Maastricht e agora está no Tratado de Amsterdã, impede déficit público. Se a desaceleração de crescimento continuar na Europa, o pacto de estabilidade não se pode aplicar.

CC: *Não se pode aplicar por conta das políticas fiscais que têm de ser feitas?*

MH: Exatamente.

CC: *Os Estados Unidos continuam fortes. Errou quem previa que iria acabar o financiamento para os Estados Unidos?*

MH: Todo o problema é impor, com um dólar forte, o déficit comercial ao resto do mundo, ou baixar o dólar.

CC: *Porque se ajusta ao dólar muito rapidamente, então vai provocar recessão no resto do mundo.*

MH: A economia na Europa é extraordinariamente sensível ao tipo de câmbio dólar-euro. Em 1997, o dólar subiu 15% e as exportações aumentaram também 15%. Se o movimento se der no sentido inverso, teremos o mesmo impacto.

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Futuro em foco

O ex-frade franciscano Leonardo Boff, 63 anos, estudioso da ecologia social, autor de mais de 60 livros e considerado um dos criadores da Teologia da Libertação – que nos anos 70 propôs uma fusão entre marxismo e cristianismo –, concedeu essa entrevista no dia 22 de maio, na abertura do Seminário Estadual sobre Educação Popular. O evento se realizou no Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para o teólogo, membro da

Comissão da Carta da Terra para América Latina e Caribe, a sociedade mundial encontra-se numa verdadeira encruzilhada em decorrência de um modelo de desenvolvimento predador e suicida, e deve decidir agora sobre seu futuro. Leonardo Boff recebeu em 2001 o Prêmio Right Livelihood (Correto Modo de Vida), que alguns consideram uma espécie de Nobel alternativo.

Entrevista feita por Aldem Bourscheit que é membro do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS) e assessor de comunicação da Abema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente). Agradecemos a colaboração especial nesta edição do *IHU On-Line*.

Aldem Bourscheit - Disciplinas como ética, filosofia e até ensino religioso foram sistematicamente retiradas dos currículos escolares brasileiros, principalmente a partir do regime militar. Qual é ou qual era o “problema” com essas disciplinas?

Leonardo Boff - Essas disciplinas são humanísticas, e toda disciplina humanística coloca a questão do sentido da vida, dos fins, do ser humano, e isso contrasta com a outra opção tecnológica, que cuida mais dos meios, em função de um certo tipo de desenvolvimento, material. Esse modelo normalmente não insere duas dimensões fundamentais, que são o ser humano, como destinatário desses bens, e a natureza, cuja depredação é praticamente inconsciente e ilimitada.

Eu acho que o resgate dessas dimensões humanísticas coloca no centro a destinação de todo o processo tecnológico, de desenvolvimento, da economia, em função da vida e em função da vida humana. E por outro lado, suscita, de imediato, a questão ética, isto é, todos os saberes devem assumir a responsabilidade de serem úteis para o ser humano, de ajudarem o ser humano a manter a herança que ele herdou do passado, seja cultural, seja natural - a herança ecológica. Ao mesmo tempo, ajuda o ser humano a estabelecer uma relação bem fazeja do outro com a natureza, de tal maneira que o saber seja um momento de diálogo do ser humano com a realidade e, ao mesmo tempo, uma forma de aprofundar sua relação com a realidade, não cortá-la, no sentido da dominação, mas reforçá-la no sentido de sentir-se junto à cadeia da vida, sentindo-se parte e parcela de um todo que o desborda por todos os lados.

A ética procura suscitar esta questão e ela é hoje uma demanda fundamental, porque a falta de ética está degradando o tecido social, em termos de milhões e milhões de excluídos, e está destruindo a base físico-química que permite a vida. Então, temos ética e nos salvamos, ou colocamos de lado a ética. Ou fazemos inclusive uma estratégia anti-ética e corremos o risco de ir ao encontro de dramas muito grandes, para a sociedade e para a natureza.

AB - Em vários textos, livros e palestras suas, o senhor comenta sobre uma situação de crise social decorrente de nosso modelo de desenvolvimento. Por que a população não consegue vislumbrar essa crise ou não consegue reagir a ela?

LB - A opinião pública é vítima de uma imensa desinformação. Uma desinformação que é intencionada, porque ela faz parte da lógica do sistema. O sistema é consumista, então, ele tende a produzir cada vez mais e criar o consumidor pela sua produção. E essa produção não é só consumista, ela é também depredadora - depreda a natureza tornando os recursos escassos. Esses dois fatores, uma vez denunciados, colocam em questão a lógica do sistema e o próprio sistema.

Hoje chegamos a um ponto em que colocamos as questões: Quanto de agressão a Terra ainda suporta? Quanto de injustiça social mundial o estômago ético humano ainda consegue digerir? Porque estamos chegando a limites extremos, seja de uma degradação total das relações sociais mundiais, pelo crescimento da pobreza, da marginalidade, da exclusão; seja pela sistemática degradação do sistema de vida, cujos relatórios revelam que, de ano a ano, ela cresce sem que haja políticas consistentes para colocar um limite a essa depredação. Esses dois temas, que são contraditórios ao sistema dominante, são ocultados, e a grande parte da população está dentro do Titanic que está afundando, mas não se dá conta disso. As grandes empresas gaíamente continuam produzindo e consumindo como se a Terra fosse inesgotável, e o mundo estivesse reconciliado. Então, esses limites possivelmente irão aflorar no momento

em que a crise atingir a pele das pessoas, isto é, quando percebermos, por exemplo, que dentro de pouco tempo teremos a crise mundial da água potável. Nações do mundo inteiro farão guerras devastadoras para garantir acesso a esse recurso natural. Então, esse fato despertará a consciência.

Mais 15 ou 20 anos, e a energia fóssil do petróleo encontrará um limite extremamente perigoso. Buscamos alternativas energéticas ou o modelo montado sobre essa energia entrará numa crise sistêmica. Fatos assim mobilizam as consciências e, aí sim, colocamos a questão das alternativas. Entretanto, é importante que o pensamento agora e os grupos elaborem essas alternativas, acumulem energia, para que, quando a crise vier, nós tenhamos propostas que sejam realmente boas, que permitam um outro ensaio civilizatório e não coloquem a humanidade num estresse de grande risco.

AB - Numa entrevista recente à revista Eco-21, o senhor fala em três cenários atuais: um seria conservador, outro, reformista, e por fim, um libertador. Pode explicar esses três cenários?

LB - O primeiro cenário eu chamo de conservador, porque é o cenário das elites industriais e financeiras mundiais, que não despertaram ainda para o alarma ecológico. Parte da idéia de que os recursos são ilimitados e de que a Terra tem capacidade de regeneração, e de que o processo da tecnociência, que exige muita energia e exaustão e utilização massiva dos recursos naturais, pode continuar. Eu creio que essa análise é irresponsável, porque todas as grandes instituições que abordam o estado da Terra mostram anualmente o crescimento da degradação e também os limites reais que a Terra tem. Essa visão conservadora é míope e perigosa, porque é assumida pela administração Bush (EUA), que fez disso política de governo, e agrava, portanto, a situação.

O segundo cenário é reformista porque se dá conta de que devemos combinar desenvolvimento e ecologia, mas não quer questionar a estrutura, a lógica do tipo de desenvolvimento, que é linear, consumidor das energias limitadas da Terra. Ao menos se incorporam tecnologias mais benevolentes, que diminuem a agressividade, que diminuem também o grau de contaminação do ar, das águas. Ele tem uma certa vantagem, porque ajuda a incorporar o discurso ecológico, mas tem a desvantagem de que, quando há um conflito entre desenvolvimento e ecologia, sempre se opta pelo desenvolvimento e se abandona a ecologia, perpetuando-se a crise.

Já a terceira visão é a que efetivamente se dá conta de que chegamos a um momento de não retorno. Devemos preservar a única casa comum que temos, o planeta Terra, com um equilíbrio extremamente frágil, e elaborar uma economia e uma política que preserve a vida, garanta o sustento humano, e que refunde o pacto do ser humano com a natureza, incluindo esta como um novo sujeito social merecedor de respeito, e também com a consciência de que somos um elo na corrente da vida.

Na verdade, não existe meio ambiente, mas sim a comunidade de vida. O ser humano tem a função de assumir responsabilidades, de ser guardião dessa riqueza, desse equilíbrio. Se nós não assumirmos essa responsabilidade, a reprodução da vida não será mais garantida pelas próprias forças da natureza, porque a nossa máquina de morte está tão azeitada e avantajada que ela pode produzir danos fundamentais para a biosfera e pode ameaçar nosso próprio destino.

O ser humano, no seu afã de destruição, criou 25 formas diferentes de destruir a vida, e isso é um fato inédito na consciência histórica. O ser humano podia fazer guerras, podia construir armas, mas nenhuma delas tinha a capacidade de destruir a si mesmo, e de forma completa. Agora nós podemos. Isso cria, de um modo geral, um mal estar na civilização, já notado por Freud em 1931, e hoje como um alarma das consciências.

Os grupos mais avançados, que, todavia, ainda não chegaram ao poder político, estão fazendo acumulação social, elaborando sua consciência, divulgando estratégias alternativas, e isso tem um caráter de urgência, porque introduzimos agora as modificações ou não teremos mais tempo para fazê-las. Por isso o grau de urgência e de dramaticidade que estamos vivendo.

AB - Qual é a sua expectativa para a Rio+10 (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento

Sustentável, 26 de agosto a 4 de setembro, África do Sul) frente à situação mundial após os atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos, agora que a temática da violência e do combate à violência com ainda mais agressões tem se ampliado no globo?

LB - A minha expectativa é de que aumente a consciência, não ainda que haja medidas importantes, já que as potências militaristas e hegemônicas no mundo, que são os países industrializados, não querem afetar suas vantagens comparativas de controlar o processo mundial econômico e financeiro. Não renunciam à sua hegemonia mesmo sabendo que estão sacrificando a Terra. Procuram prolongar a agonia, pensando nas suas vantagens. Mas são soluções insensatas, porque não se dão conta de que estão num Titanic que está afundando, e isso é curioso.

O ser humano é um ser criativo, surpreendente, nossa natureza é quântica, cheia de oportunidades e alternativas, e ele pode, depois que se decidiu a isso, buscar alternativas. A Carta da Terra, de cujo grupo eu sou integrante, tentou criar uma consciência dessa nova alternativa, dessa nova urgência, e propor isso à discussão, primeiramente mundial, que já está sendo feita há vários anos, tendo, inclusive, sido assumida pela Unesco. A partir do ano que vem, ela será proposta à ONU (Organização das Nações Unidas), para que esse organismo se confronte, assuma isso e a promulgue com os mesmos direitos e valor que a Declaração dos Direitos Humanos. Então, não só o ser humano vai ser defendido, mas a Terra como um sistema e os ecossistemas e cada ser vivo vão ser considerados como uma subjetividade que deve ser respeitada na sua autonomia, ganham uma certa cidadania, pertencem à dimensão da sociedade humana, e isso permitiria um novo estado de consciência global adequado à essa gravidade. O ser humano se forçaria a rever atitudes, hábitos, assumir valores que criem uma função salvacionista: Salvar a Terra e a vida dentro dela.

AB - Quais os passos, então, para que cheguemos a uma cultura da paz?

LB - Eu vejo duas tarefas fundamentais. **A primeira é uma tarefa crítica de desconstrução de todo o imaginário social**, que se orienta pelas festas tradicionais e cívicas, quase todas de cunho militar ou militarista. Celebramos vitórias militares, gerais, marechais, e isso alimenta a perspectiva da violência. Os heróis não são aqueles grandes mestres da humanidade, professores, médicos, pintores, profetas, educadores, são aqueles que usaram armas, mataram, expandiram o território. Sempre na perspectiva dos vitoriosos, nunca na das vítimas. Devemos fazer uma crítica rigorosa a isso. Essa visão militarista não ajuda a uma cultura da paz, porque os símbolos todos são ligados à violência e à morte.

A segunda é criar essa própria cultura da paz. É importante entender a paz como resultado de uma relação que o ser humano tem com outro ser humano, com outras formas de vida, consigo mesmo, com a natureza. Uma relação não agressiva, mas sim de cooperação, de sinergia, de sentir-se parte e parcela desse todo e entender, por exemplo, que a Terra não é uma espécie de baú cheio de recursos dos quais eu posso me apropriar, mas sim que a Terra é um super organismo vivo. O ser humano é a própria Terra, e no seu processo de evolução chegou o momento de pensar, de sentir, de amar, e hoje de se organizar na perspectiva da sobrevivência. Terra e humanidade formam uma totalidade, uma grande unidade, que é a perspectiva que os astronautas nos transmitem, porque lá de suas naves espaciais, ao olhar a Terra, eles não distinguem Terra e humanidade. É uma totalidade só. Terra viva e, dentro dela, a humanidade.

Essa perspectiva tem de entrar na consciência coletiva, e a nossa responsabilidade, que está na primeira página do Gênesis, diz que o ser humano é chamado a ser o guardião da natureza, ser o jardineiro, aquele que cuida, que desenvolve os processos presentes na natureza. Mas até hoje ele se mostrou satã da Terra. Pelo menos no último milhão de anos em que o ser humano interage conscientemente na natureza, ele começou a ter uma relação de agressão, de matar animais, de desflorestar, envenenar águas. Mesmo os processos civilizatórios de criar tabus, as próprias religiões e a ciência, não conseguiram frear a agressividade humana. Só que hoje, ou nós freamos, ou ela será a mais destrutiva de todas. Aí está a importância do processo educativo, de uma ética, de uma espiritualidade, que imponham limites à voracidade humana. O tempo histórico corre contra nós, numa contagem regressiva.

Essa análise não é uma dramatização, mas aquilo que é a relação natural que nos coloca frente aos relatórios sobre o estado da Terra. Recentemente saiu o Estado da Terra 2002. Quem ler os dados, fica apavorado. Por quê? Porque estamos atacando a nós mesmos. Não porque as pessoas são perversas, mas porque estão dentro de uma lógica, de um sistema que, no seu funcionamento, leva à agressão, à ruptura dos equilíbrios, à super exploração do ser humano, à degradação dos ecossistemas, e não permite que a Terra se regenere e recupere seu equilíbrio. A escola reproduz a sociedade dominante, que é a função normal da escola, é a chocadeira da ideologia dominante preparando as crianças e as pessoas para esse tipo de sociedade, ou assume uma função crítica passando a ser um nicho de reinvenção, de um novo sonho, de novas práticas, de novos valores, que respondem aos dramas da realidade. É muito importante hoje informar-se, dar-se conta do estado da Terra, sobre como está o nível da violência entre as pessoas no mundo, os equilíbrios climáticos são extremamente frágeis, os níveis da poluição atmosférica, a carência fantástica de água potável, o bem mais escasso da natureza, as limitações da energia fóssil. Esses todos são pontos de estrangulamento, onde o sistema sucumbe. Ele mesmo muda ou ele não terá condições internas de dar uma resposta.

AB - Observando todos esses problemas, quais seriam, então, o papel e as reformas necessárias nas instituições de ensino para que voltemos nossos passos em direção a um futuro melhor?

LB - Eu acho que há duas tarefas de base. Para aqueles que estão na cultura dominante, no processo de produção, os cidadãos como nós todos, aí se impõe um processo de conversão, isto é, de uma redefinição das práticas, de uma mudança de consciência, e isso tem de ser feito, porque senão seremos cúmplices de um eventual desastre. E aqueles que estão entrando na sociedade via escola, que já cresçam numa nova mentalidade, já cresçam como cidadãos planetários, pessoas que tenham uma relação de benevolência, de sinergia com a natureza, que protegem todas as espécies, as águas. Que se estabeleça como nova centralidade não a produção, não o mercado, mas a vida em toda a sua diversidade, e a economia e a política como formas de defender, promover e expandir a vida. Isso supõe um novo padrão civilizatório.

Então, ao que a educação é chamada a desenvolver é uma grande revolução, das consciências, da ética, da espiritualidade, que dá a percepção dos valores, do sentido das coisas. Isso nós não fazemos porque queremos, mas porque estamos condenados a isso. Ou nós decidimos viver e nos submetemos a isso ou vamos ao encontro do pior.

Artigo da Semana

A Brazilianização do Mundo do Trabalho

José Roberto de Toledo analisa o estranhamento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso com as estatísticas do IBGE. O artigo foi publicado na revista *Primeira Leitura*, edição número 04, junho de 2002.

“A medíocre taxa de crescimento do Brasil na década de 90 deixou um saldo de 14,9 milhões de pessoas desempregadas ou sem rendimento no país – 20% da população economicamente ativa, como revela detalhada análise dos números do Censo do IBGE.

O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou não ter compreendido como a renda média dos brasileiros não tinha crescido entre os Censos de 1991 e 2000, se houve um aumento expressivo do consumo. “Parece que há alguma coisa de ilógico: ou não se consumiu tanto ou não se ganhou tão pouco”, foi a frase dita no Palácio do Planalto. Para ele, é preciso fazer uma análise mais profunda da variação de renda no país. Não há como discordar da segunda parte da afirmação presidencial. Mas no que

se refere à primeira, alguém mais maldoso poderia dizer que não se trata de algo assim tão difícil de entender, especialmente para um sociólogo.

Três motivos ajudaram a alavancar o consumo, sobretudo a partir do controle da inflação, em 1994: 1) do lado da população pobre, o fim do imposto inflacionário inflou o poder de compra sem que fosse necessário um aumento nominal da renda, elevando as vendas de alimentos (o frango e o iogurte que o presidente já mencionou no passado); 2) as classes média e alta se beneficiaram da volta dos mecanismos de crédito e da desvalorização dos produtos importados, os tais “automóveis, geladeiras e microondas”, de que fala agora FHC; 3) a população entre 15 e 49 anos, mais propensa ao consumo, cresceu 31% entre 1991 e 2000, agregando 15 milhões de potenciais consumidores ao mercado.

O problema é que o aumento da renda real não foi duradouro. Em 1998, o efeito riqueza já havia se esvaído para as classes D e E, porque a inflação, embora baixa, continuou existindo e comeu os ganhos de renda pós-real. Além disso, o desemprego explosivo impediu qualquer recomposição do salário nominal e jogou milhões de trabalhadores menos qualificados na vala da inatividade ou da informalidade. A partir de 1999, o sonho de consumo importado dos ricos também foi para o espaço, junto com a cotação do dólar. O resultado foi um país sem poupança interna, que paga mais caro do que pode para alugar o dinheiro guardado pelas velhinhas de Ohio (EUA) e financiar, assim, seu déficit em contas correntes.

Quanto ao terceiro motivo da alta do consumo, o demográfico, há de se concordar com o presidente que uma análise menos cosmética sobre os dados do Censo 2000 se faz necessária. E ela mostrará um quadro com céu menos azul do que gostaria Fernando Henrique. Aos números.

Dos 136,427 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais de idade em 2000, 76,158 milhões (56%) eram economicamente ativos, o que significa que estavam ocupados à época do Censo ou, pelo menos, haviam buscado emprego na semana imediatamente anterior ao encontro com o pesquisador do IBGE. Desses, apenas 64,705 milhões estavam ocupados. Em outras palavras, a conta que não consta da publicação do IBGE é que o país registrou em 2000 a marca recorde de 11,454 milhões de desempregados, o que dá uma taxa nacional de desemprego de 15% - uma das maiores do mundo.

Para se ter uma comparação, é 50% maior do que a taxa média dos países da União Européia e quase quatro vezes superior à dos EUA. Parênteses: a palavra *desemprego* só aparece no documento divulgado pelo IBGE quando hifenada a *seguro*.

Muito pior se mostra o resultado se comparado ao do princípio da década passada. Em 1991, um ano depois da recessão brutal desencadeada pelo Plano Collor, havia no país 3,162 milhões de desocupados, o que implicava uma taxa de desemprego de 5,4%. Comparando-se os dois Censos, percebe-se que, na década que FHC, se recusa a admitir perda, a taxa de desemprego foi multiplicada por três, e o número de desempregados, por quase quatro.

Essa explosão do desemprego tem muitos pais, mas a matriz principal foi a medíocre taxa de crescimento da economia na década. Mais uma prova de que a renda do trabalhador não poderia ter crescido como pensava o presidente, ou o próprio PIB (Produto Interno Bruto) per capita teria registrado essa elevação. Sem crescimento, o país foi incapaz de atender à necessidade de emprego da multidão de jovens que ingressou, ao longo dos anos 90, na idade de trabalhar. Basta ver que, entre o começo e o fim da década, o Brasil conseguiu dar ocupação a mais 9,4 milhões de pessoas. Parece bastante, mas foi muito aquém do necessário: só pouco mais da metade da nova força de trabalho chegou ao ano 2000 com ocupação. Outros 8,2 milhões ficaram pelo caminho. Dessa multidão de excluídos, a imensa maioria é de jovens. Se o aumento da desocupação nas faixas etárias até 17 anos é desejável, pois indica maior permanência na escola, o desemprego de um a cada três jovens de 18 a 19 anos ou de um a cada cinco jovens de 20 a 24 anos é uma das possíveis razões para a

explosão da violência nas médias e grandes cidades de quase todo o país – violência, aliás, da qual esses jovens são as principais vítimas. Em números brutos, havia quase 4 milhões de jovens entre 18 e 24 anos sem nenhum tipo de ocupação no país em 2000. Hoje esse número já deve ser maior. Não se trata de pessoas que estão se dedicando exclusivamente a estudar ou desistiram de trabalhar: são 3,8 milhões de jovens que procuram trabalho, mas não encontram. Em 1991, não chegavam a 1 milhão.

Mas não é o desemprego oficial que o presidente deveria levar em conta em sua análise dos dados de renda do Censo 2000. Entre os 64,7 milhões de brasileiros que o IBGE considera ocupados, há cerca de 6 milhões que simplesmente não têm nenhum rendimento. Na maioria (4,1 milhões), estão ocupados na agricultura, para sustento próprio ou da família, sem tirar um tostão desse trabalho. Ainda sobram pouco menos de 2 milhões de “ocupados” que regrediram ao escambo. Trabalham em troca de alimento, moradia ou algum outro tipo de benefício não remunerado. São literalmente os órfãos do real, já que não vêem a cor do dinheiro, a não ser na propaganda oficial. Em 1991, os “ocupados” sem rendimento eram um terço do número atual.

Somando-se esse 6 milhões aos desempregados que não têm nenhum tipo de renda, conclui-se que cerca de 20% da população economicamente ativa (PEA), ou nada menos do que 14,9 milhões de pessoas, poderiam ser chamadas de “sem-real”. É como se toda a população com mais de 10 anos de idade da Grande São Paulo sobrevivesse sem nunca pôr a mão em uma moeda sequer. E esse contingente só não é maior porque parcela respeitável de desempregados, cerca de 2,5 milhões, tem acesso a algum tipo de rendimento, como seguro-desemprego, bolsa-escola ou renda mínima.

No olhar de FHC, ao longo de década de 90, o Brasil conseguiu domar a inflação e incorporar uma parcela da população ao mercado de consumo: há menos 3 milhões de ocupados que ganham até um salário mínimo, o número de domicílios com telefone mais do que dobrou, o número de donos de automóvel cresceu 42%. Tudo verdade, mas não é toda a verdade: pelo menos 17 milhões de pessoas ficaram abandonadas pelo caminho, na vala do desemprego ou da “ocupação” sem renda. E essas pessoas, que, mesmo excluídas da condição de consumidores, ainda são cidadãos, entram na conta na hora de calcular a renda média da população brasileira – para desgosto do presidente”.

Filme da Semana

TIMOR LOROSAE - O MASSACRE QUE O MUNDO NÃO VIU

Luiz Vita/Cineweb 28-6-02

Nem sempre o cinema é entretenimento. Muitas vezes as lentes dos diretores ganham uma função jornalística e documental por colocarem em foco locais e momentos muito particulares da História. Como *Greve!*, de João Batista de Andrade, presente na antológica paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, no final dos anos 70, o berço do Partido dos Trabalhadores, ou *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, uma crônica da morte anunciada do líder camponês João Pedro Teixeira, nos anos 60.

Nesses momentos, o cinema se transforma em testemunha da história, e suas imagens servem para alertar, educar, denunciar ou preservar a história dos povos. Como não se presta à diversão nem ao consumo simultâneo de pipoca, esse tipo de cinema atrai um público mais restrito e enfrenta dificuldades para chegar às salas de exibição.

A atriz Lucélia Santos não se deixou abater pelas adversidades, quando decidiu embarcar para o Timor Leste, no meio de um conflito armado ainda não concluído, para filmar

Timor Lorosae - O Massacre que o Mundo Não Viu. Para o público brasileiro, a identificação mais imediata com esse povo está na única coisa que nos une, além da miséria endêmica - a língua portuguesa.

Com o auxílio de imagens de massacres filmados pelo documentarista inglês Max Stahl e cenas históricas de arquivos da TV portuguesa, a diretora constrói seu filme com as cenas que captou durante os 30 dias em que permaneceu no país, visitando povoados e entrevistando vítimas da violência desencadeada pelas milícias a soldo da Indonésia.

Algumas imagens, como o ataque aos manifestantes em um cemitério, filmadas por Stahl, são dramáticas. Não há como não manifestar solidariedade à luta desse povo por sua independência, depois de uma resistência tão sangrenta à ditadura de Suharto.

Natural que o filme apresente alguns problemas no roteiro e condução da história. Alguns depoimentos são muito longos e cansativos, apesar de importantes para a compreensão dos episódios. As dificuldades enfrentadas por Lucélia foram inúmeras, e seu batismo de fogo nessa guerra quase secreta serviu para ajudar os timorenses em sua luta pela liberdade e pela busca de justiça.

Frases da Semana

Enron e WorldCom: sinais de decadência do neoliberalismo

“Não esperaria que acontecesse um fenômeno das dimensões do que estamos vendo nestes meses. Trata-se da total separação entre a propriedade de uma empresa, isto é, os acionistas, e o management. Trata-se da completa monopolização do controle por parte de pessoas irresponsáveis empenhadas unicamente em aumentar as suas próprias riquezas pessoais”. – John Kenneth Galbraith, economista mundialmente conhecido, falando do alto dos seus 93 anos sobre o significado dos recentes escândalos da Enron e WorldCom em entrevista ao jornal inglês *The Independent*, e repercutida no jornal italiano *Il Corriere della Sera*, 2-7-02.

“O respeito das normas que regulam as ‘corporation’ e a necessidade de um maior controle público sobre o setor privado necessariamente voltarão a ser moda, depois de uma vintena de anos da decretação, por parte de Ronald Reagan, da sua inutilidade”. – idem.

“Os escândalos da Enron até a WorldCom são sinais de uma profunda degeneração da economia dos EUA, do que uma vez se chamava ‘capitalismo’ e que agora se chama ‘sistema de mercado’ porque se supunha que fosse controlado pelos consumidores, mas, pelo contrário, ele mobiliza os melhores talentos intelectuais e artísticos na gestão dos consumidores”. – idem.

América Latina: o fim da festa neoliberal

“A América Latina atravessa um dos períodos mais difíceis de sua história. Uma situação muito delicada e que pode levar a um desvio, porque o seu crescimento econômico, na década de 1990, foi decepcionante, com o agravante que a concentração de renda aumentou, e hoje, 170 milhões de latino-americanos vivem com menos de US\$ 2 por dia”. – Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – *Carta Capital*, 26 de junho de 2002, p. 31.

O voto dos brasileiros. Dos brasileiros?!

"Na Roma antiga, só votavam os romanos, no capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam".- George Soros, *Folha de São Paulo*, 8 de junho de 2002.

"No caso brasileiro, a adoção do modelo liberal gerou, nos anos 1990, um passivo externo de US\$ 400 bilhões e agora requer US\$ 1 bilhão semanais de financiamento internacional, só para girar as dívidas e sobreviver. Para simplificar o argumento de Soros, os donos deste bilhão de dólares é que seriam o verdadeiro colégio eleitoral que elegerá o próximo presidente brasileiro".- José Luis Fiori, economista, comentando a frase de George Soros no artigo *Melhor olhar de frente*, *Carta Capital* 26 de junho de 2002, p. 30.

Delfim Netto: O Cartão Cidadão é anticidadão!

"O 'Cartão do Cidadão' é a manifestação concreta do fracasso da política social do governo FHC. É o diploma de 'anticidadão' que lhe confere um Estado Paternalista que, incapaz de lhe dar emprego, dá-lhe um pequeno óbolo, como manifestação de caridade".- Antonio Delfim Netto, no artigo *De Piromaníaco a bombeiro*, *Carta Capital*, 26 de junho de 2002, p. 33.

Peter Sloterdijk

Reproduzimos algumas frases da extensa entrevista de Peter Sloterdijk, filósofo alemão, publicada na revista *Magazin Littéraire*, no. 407, março de 2002, p. 98-104. Peter Sloterdijk é autor de vários livros, entre os quais, *Crítica da razão cínica e Regras para o parque humano*. Acaba de publicar o primeiro tomo da sua trilogia intitulada *Esferas*. O pensamento e a entrevista deste autor desafia a todos e todas que pensam e refletem na possibilidade de um humanismo. Por isso é preciso lê-lo e discuti-lo.

A nova esquerda

"A nova esquerda será nietzscheana ou não será mais esquerda. Este é o meu ponto de partida. Ela deverá se confrontar com esta questão: é possível se obter a emancipação geral, a participação das massas nos bens da Liberdade sem passar pelo pacto negro com a política do ressentimento? Esta é para mim a questão chave de qualquer política futura".

O ressentimento

"O grande mérito da democracia é impedir a mescla do ressentimento com a utopia, impedir a ditadura do ressentimento".

Uma nova idéia de riqueza

"Penso que a esquerda só pode se regenerar inventando uma nova idéia da riqueza".

A esquerda e a eugenia

"Não esqueçamos que a idéia de eugenismo tem a suas fontes no pensamento de esquerda. A social-democracia sempre afirmou que o homem necessita ser melhorado. Somente hoje esta idéia se choca contra o grande consenso neocatólico, segundo o qual o homem é um santuário. Este santuário está nos seus genes que não podem ser tocados".

Mardilê Fredrich Fabre



Mardilê Friedrich Fabre trabalha na Equipe de Comunicação do IHU. Mãe de Henrique (33) e Luciana (30), Mardilê mora em São Leopoldo e é primeira secretária de Adisinos e presidente da União Nacional de Ex-alunos dos Jesuítas do Brasil.

História- Nasci em Cachoeira do Sul, mas na realidade sou natural do RS, porque meu pai era bancário e andamos por diversos municípios. Vim morar em São Leopoldo, quando casei. Cursei na UNISINOS bacharelado em Letras Neolatinas e depois fiz licenciatura em Letras na PUCRS, em 1960. Em 1990, comecei a trabalhar como professora de Português na UNISINOS, antes fui professora em outros colégios.

Uma lição de vida- Aos 39 anos, tive câncer. Foram 10 anos de luta pela vida que me fizeram mais humana. Eu dava muita importância às coisas materiais. De repente, vi que isso não adiantava nada para salvar minha vida. Minha família e amigos me ajudaram muito, demonstraram-me tanto carinho que então me dei conta de que todo o amor e o tempo dedicados a uma pessoa valem muito mais que qualquer outra coisa.

Autor- Augusto Cury

Livro- *Análise da Inteligência Emocional de Cristo*, de Augusto Cury

Filme- *O vento levou*, de Victor Fleming (1939) e *Uma mente brilhante*, de Ron Howard (2001)

Nas horas livres- Música e leitura.

Um valor- Tudo o que é realizado coletivamente.

Um grande sonho- Conhecer Paris.

Um presente- Qualquer presente me fala da lembrança que a pessoa teve de mim, e isso é o importante.

Um referencial- Meu pai. Ele foi uma pessoa fantástica. Aprendi a respeitar as pessoas com ele.

UNISINOS- Eu nasci como universitária com a UNISINOS. Quando ela abriu seus cursos para leigos, eu vim estudar aqui e fiz parte da primeira turma, quando era ainda faculdade. Meu marido trabalhava aqui como superintendente econômico em 1969, e eu acompanhei a sua transformação em Universidade. Meus filhos estudaram aqui. Minha vida sempre esteve ligada à UNISINOS.

IHU- Uma proposta inteligente que, colocada em prática, vai transformar a Universidade.